



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**SÚMULA:** *Regulamenta o §2º do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022 (Código de Posturas) e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Nos termos do §2º do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022, fica regulamentado, por meio da presente Lei Complementar, o procedimento para averiguação e as sanções aplicáveis aos indivíduos que pratiquem maus-tratos contra animais.

**Art. 2º** - Para fins desta Lei Complementar, entende-se por animal todo ser vivo vertebrado pertencente ao Reino Animal, excetuando-se o *homo sapiens*, abrangendo inclusive:

- I** - fauna urbana não domiciliada, nativa ou exótica;
- II** - fauna domesticada, de estimação ou companhia, nativa ou exótica, domiciliada ou não;
- III** - fauna nativa ou exótica que componha plantéis particulares para qualquer finalidade.

**Art. 3º** - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se por maus-tratos contra animais as condutas arroladas nos incisos I a XI do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022, além do estabelecido nos incisos abaixo:

**I** - mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições insalubres, perigosas ou inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental, inclusive em razão do uso de correntes e confinamento;

**II** - privá-los de necessidades básicas tais como alimento adequado à espécie e água própria ao consumo, ou deixá-los em ambiente com temperatura, luminosidade e ventilação incompatíveis com as suas necessidades;

**III** - lesar ou agredir os animais, seja por espancamento, lapidação, por instrumentos cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros, sujeitando-os a qualquer experiência que infrinja a Lei Federal nº 11.794 de 08 de outubro de 2008, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico ou mental ou morte;

**IV** - abandoná-los em quaisquer circunstâncias;

**V** - obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não adotariam senão sob coerção;



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

**VI** - castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento, ou utilizar de métodos punitivos no manejo, em práticas esportivas ou de entretenimento, baseados em dor ou sofrimento;

**VII** - criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;

**VIII** - realizar ou promover confrontos entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, rinhas, vaquejadas, touradas e similares, ainda que em lugar privado;

**IX** - provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

**X** - praticar a eliminação de cães e gatos como método de controle de dinâmica populacional;

**XI** - induzir a morte utilizando método impróprio ou não propiciar morte rápida e indolor ao animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada, sendo que tal prática só poderá ser realizada por profissional devidamente habilitado;

**XII** - exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado ou à tração em movimento;

**XIII** - abusá-los sexualmente;

**XIV** - enclausurá-los com outros animais que os molestem;

**XV** - promover distúrbio psicológico e comportamental;

**XVI** - mutilar animais, exceto quando houver acompanhamento e indicação clínico-cirúrgica veterinária ou zootécnica;

**XVII** - negligenciar a saúde dos animais, deixando de prestar atendimento médico veterinário adequado e de garantir tratamento ao animal doente;

**XVIII** - deixar, o condutor de veículo automotor, ciclomotor ou qualquer veículo de propulsão humana, de prestar o atendimento necessário à preservação da vida do animal vítima de atropelamento, independentemente de dolo ou culpa;

**XIX** - executar ou permitir a realização de procedimentos invasivos ou cirúrgicos sem os devidos cuidados anestésicos, analgésicos e higiênico-sanitários;

**XX** - deixar ou permitir acesso sem supervisão, ou manter animais soltos ou atados por cordas, ou por outros meios, em vias ou em logradouros públicos, pavimentados ou não;

**XXI** - não adotar medidas atenuantes em situação de clausura de animal junto com outros da mesma espécie, ou de espécies diferentes, que o aterrorizem ou o agriam fisicamente;

**XXII** - manter animais em número acima da capacidade de provimento de cuidados que assegurem boas condições de saúde e de bem-estar animal;

**XXIII** - utilizar alimentação forçada, exceto para fins de tratamento prescrito por profissional habilitado;

**XXIV** - comprar ou vender o composto do grupo químico dos carbamatos e organofosforados denominado "chumbinho";

**XXV** - utilizar coleiras com mecanismos contundentes, cortantes, perfurantes ou que gerem impulsos eletrônicos ou descargas elétricas, com o fim de controlar o comportamento ou modular o temperamento dos animais;



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

**XXVI** - molestar ou perturbar animais mantidos em parques, santuários, zoológicos ou de vida livre;

**XXVII** - outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial ou judicial.

**§1º** Em caso de dificuldade de localização e de contato com o responsável por animais mantidos em condições irregulares como as caracterizadas nos incisos acima, fica o responsável pelo imóvel, seja o proprietário, o locador ou a imobiliária, obrigado a informar os dados do infrator, sob pena de responsabilização solidária.

**§2º** Para fins desta Lei Complementar, considera-se como força policial também a Guarda Municipal de Cambará.

**Art. 4º** - É de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do Departamento de Meio Ambiente, a fiscalização dos atos decorrentes da aplicação desta Lei Complementar.

**§1º** As ações de fiscalização poderão ser executadas em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo e, ainda, mediante ações de colaboração de outras entidades públicas.

**§2º** Nos termos do art. 118 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2021, as denúncias de atos de maus-tratos praticados contra os animais deverão ser realizadas pelo Sistema de Serviço de Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Cambará.

**Art. 5º.** Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, ou indício de infração, será lavrado auto de infração preferencialmente no ato da constatação dos maus-tratos, garantindo a ampla defesa e contraditório.

**§ 1º** A constatação da ocorrência da infração será formalizada em relatório de fiscalização, elaborado pelo agente autuante que conterá:

**I** - descrição das circunstâncias que levaram à constatação da infração ambiental e à identificação da autoria;

**II** - os critérios utilizados para sugestão do valor da multa e das demais sanções administrativas;

**III** - quaisquer outras informações, registros da situação, termos de declaração ou outros meios de prova, considerados relevantes.

**§ 2º** No ato da constatação de infração prevista nesta Lei Complementar, o agente fiscalizador deverá observar as condições mínimas de que trata o § 3º do art. 12 desta Lei, tomando as medidas legais para a remoção do animal.

**§ 3º** Verificada a gravidade da infração, o agente fiscalizador deverá encaminhar cópia do auto de infração à autoridade policial competente para análise e lavratura de ocorrência.



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

**Art. 6º.** O auto de infração deverá conter a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, o prazo para interposição de recurso ou pagamento da multa.

**Art. 7º.** O infrator será notificado do cometimento de infração administrativa ambiental, na seguinte ordem:

- I - pessoalmente ou por seu representante legal ou preposto;
- II - por meio eletrônico, observada a regulamentação específica;
- III - pelo correio, por meio de aviso de recebimento (A.R.);
- IV - por edital de comunicação se estiver em lugar incerto ou não sabido ou se não for localizado no endereço.

**Parágrafo único.** Caso o infrator se recuse a tomar ciência do auto de infração, o agente de fiscalização registrará no próprio auto de infração a recusa do recebimento e colherá a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

**Art. 8º.** A fixação do valor da multa e a imposição das demais modalidades de sanção administrativa previstas na presente Lei Complementar deverão ser motivadas de forma explícita, clara e congruente, sendo condições de validade das decisões administrativas a análise das seguintes circunstâncias:

- I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a proteção animal pública e para o meio ambiente;
- II - os antecedentes do agente infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental;
- III - a capacidade econômica do agente infrator;
- IV - o porte do empreendimento ou atividade.

**Art. 9º.** Será assegurado o direito ao infrator desta Lei à ampla defesa e ao contraditório nos seguintes termos:

- I - 10 (dez) dias úteis para o agente infrator oferecer defesa ou impugnação em primeira instância, contados da data da ciência da autuação;
- II - 10 (dez) dias úteis contados da data da ciência da decisão proferida pelo titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para:

- a) efetuar o pagamento da multa; ou,
- b) oferecer recurso dirigido ao Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal - COMUPA.

III - 10 (dez) dias úteis para o pagamento de multa, contados da data da ciência da decisão do processo em segunda instância.

**Parágrafo único.** A ciência ao autuado das decisões de primeira e segunda instâncias ocorrerá nas formas previstas no art. 7º.

**Art. 10.** O valor das multas previstas na presente Lei Complementar poderá ser reduzido quando o agente infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

medidas específicas para fazer cessar e reparar o dano causado, no prazo a ser definido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que será de, no máximo, 90 (noventa) dias.

§ 1º A reparação do dano a que alude o *caput* decorrerá de proposta técnica apresentada pelo infrator e aprovada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a seu critério.

§ 2º A autoridade competente poderá dispensar o agente infrator da apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo agente infrator, o valor da multa poderá ser reduzido em até 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

§ 4º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e reparar o dano causado, por decisão da autoridade ambiental ou do agente infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano causado não reparado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas por reincidência ou continuidade da irregularidade.

**Art. 11.** Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa e proteção aos animais.

**Art. 12.** Independentemente da aplicação das sanções administrativas antes descritas, quando houver a constatação de maus-tratos:

I - o animal deverá ser microchipado e cadastrado no Sistema de Identificação Animal - SIA, no ato da fiscalização ou após sua melhora física ou mental;

II - o infrator receberá as orientações técnicas que se fizerem necessárias da equipe da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente sobre como proceder em relação ao que seja constatado com o animal sob a sua guarda.

§ 1º Ao infrator caberá ainda, caso a infração constatada comporte apenas orientações, advertência ou multa simples:

I - a guarda do animal;

II - a realização, sob seu custeio, da castração do animal, quando pertinente, e apresentação do respectivo comprovante emitido por Médico Veterinário no prazo de 60 (sessenta) dias da ocorrência, sob pena de multa diária.

§ 2º Caso constatada pela equipe da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a necessidade de assistência veterinária, esta deverá ser providenciada pelo infrator às suas expensas.

§ 3º Em caso da constatação da falta de condição mínima para a manutenção do animal sob a guarda do infrator, fato este constatado no ato



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

da fiscalização pela autoridade competente, fica autorizada ao Município a remoção do mesmo, se necessário com o auxílio de força policial.

**§ 4º** Caberá ao Município promover a recuperação e a castração do animal, quando pertinente, em local específico, bem como destiná-lo para adoção, devidamente identificado.

**§ 5º** Os custos inerentes à estadia do animal sob a responsabilidade do Município seguirão o previsto em decreto específico e juntamente com os custos inerentes ao atendimento, castração, microchipagem e reabilitação serão atribuídos ao infrator com base nos valores comprovadamente gastos com medicamentos, produtos e procedimentos pelo Município.

**§ 6º** Os recursos despendidos pelo Município para o atendimento do disposto neste artigo serão apensados ao processo administrativo da aplicação das penalidades, com a finalidade de ressarcimento futuro pelo infrator, mesmo que por meio de cobrança judicial, caso necessário.

**§ 7º** O animal que, pela sua natureza ou inadequação, não seja passível de adoção pela comunidade, será libertado em seu habitat ou entregue a jardins zoológicos, fundações, santuários ou entidades assemelhadas, desde que fique sob responsabilidade de técnicos habilitados ou que possa ser absorvido e adaptado ao ecossistema receptor.

**Art. 13.** As infrações administrativas previstas nesta Lei Complementar podem ser punidas com as seguintes sanções administrativas, que poderão cumular-se, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais previstas em legislação:

- I** - advertência por escrito;
- II** - multa simples;
- III** - multa diária;
- IV** - apreensão de instrumentos, apetrechos ou equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V** - destruição ou inutilização de produtos;
- VI** - suspensão parcial ou total das atividades;
- VII** - sanções restritivas de direito; e
- VIII** - apreensão do(s) animal(s).

**§ 1º** As sanções previstas no *caput* não constituem hierarquia e serão aplicadas de forma a compatibilizar a penalidade com a infração cometida, levando-se em consideração sua natureza, gravidade e consequência para a coletividade e o meio ambiente, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**§ 2º** Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, poderão ser aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

**Art. 14.** A advertência, sem prejuízo da cominação de obrigação de reparação, será aplicada pela inobservância das disposições da





# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

legislação em vigor, especialmente quando se tratar de equívocos de manejo animal passíveis de correção.

**Art. 15.** A multa simples será aplicada quando a conduta apurada exceder a hipótese passível de advertência, também sempre que for detectada a existência de dolo ou negligência do infrator, quando:

**I** - advertido por irregularidade, deixar de saná-la, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

**II** - opuser embaraço aos agentes de fiscalização ambiental;

**III** - deixar de cumprir a legislação ambiental, orientação técnica da autoridade competente ou determinação expressa da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

**IV** - deixar de cumprir auto de embargo ou de suspensão de atividade.

**§ 1º** A pena de multa será arbitrada pelo agente fiscalizador com base nos critérios definidos nesta Lei, no valor mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e valor máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme a seguinte gradação:

**I** - Infração leve: de R\$ 400,00 a R\$ 2.000,00.

**II** - Infração grave: de R\$ 2.001,00 a R\$ 20.000,00.

**III** - Infração muito grave: de R\$ 20.001,00 a R\$ 200.000,00.

**§ 2º** No caso de reincidência específica a multa a ser imposta pela prática da nova infração deverá ter seu valor aumentado ao triplo e no caso de reincidência genérica a multa a ser imposta pela prática da nova infração poderá ter seu valor aumentado ao dobro.

**§ 3º** A atualização monetária dos valores será realizada anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**§ 4º** Em caso de extinção do IPCA, o Município adotará outro índice econômico que vier a ser determinado pelo Governo Federal, Estadual ou valores monetários correspondentes.

**§ 5º** O não pagamento da multa dentro dos prazos fixados implicará na inscrição do débito em dívida ativa e demais cominações contidas na legislação tributária municipal.

**Art. 16.** A multa diária, de valor unitário igual à multa simples correspondente, poderá ser aplicada quando o cometimento da infração, o descumprimento de orientação técnica do Departamento competente ou determinação expressa da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente se estender ao longo do tempo, incidindo até sua efetiva cessação ou celebração de termo de compromisso de ajustamento da conduta pelo infrator, limitando-se a 30 (trinta) dias.



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

**Art. 17.** As sanções restritivas de direito serão aplicadas quando a prática de maus-tratos contra animais estiver vinculada à atividade econômica ou profissional do infrator, avaliadas as circunstâncias do caso concreto, consistindo em:

I - suspensão de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

II - cassação de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

III - proibição de contratar com a Administração Pública municipal, pelo período de 3 (três) anos.

**§ 1º** A autoridade competente fixará o período de duração das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I - até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso III;

II - até 1 (um) ano para as demais sanções.

**§ 2º** Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

**Art. 18.** As infrações administrativas previstas nesta Lei Complementar classificam-se em:

I - leve: quando o infrator for beneficiado com uma circunstância atenuante;

II - grave: quando existir uma circunstância agravante;

III - muito grave: quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes.

**§ 1º** São circunstâncias atenuantes:

I - o baixo grau de instrução ou escolaridade e o poder aquisitivo do infrator;

II - o infrator não ser reincidente.

**§ 2º** São circunstâncias agravantes o cometimento da infração:

I - de forma reincidente;

II - para obter vantagem pecuniária;

III - afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou a vida ou a integridade do animal;

IV - em domingos ou feriados, ou durante o período noturno;

V - mediante fraude ou abuso de confiança;

VI - mediante abuso do direito de licença, permissão, autorização ambiental ou alvará;

VII - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

VIII - quando houver a prática de maus-tratos contra animal idoso ou doente;

IX - quando houver a prática de maus-tratos contra animal silvestre nativo;

X - quando resultar no óbito do animal.





# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

§ 3º Constitui reincidência a prática de nova infração cometida pelo mesmo agente infrator, em outro episódio, dentro do período de 3 (três) anos subsequentes, classificada como:

I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; e

II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

**Art. 19.** Fica alterado o art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022 (Código de Posturas), que passará a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º. A infração ao disposto nesta Lei Complementar implicará na aplicação de penalidades conforme disposto no art. 223 deste Código ou, no caso específico de maus-tratos a animais, será observado o que dispõe a norma complementar a que faz menção o §2º do art. 114 da presente Lei Complementar.”*

**Art. 20.** Fica acrescentado o art. 119-A na Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022 (Código de Posturas), que terá a seguinte redação:

*“Art. 119-A. Em se tratando dos casos específicos de atos de maus-tratos contra animais, as multas serão aplicadas na forma da norma complementar a que faz alusão o §2º do art. 114 da presente Lei Complementar.”*

**Art. 21.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cambará/PR, em 17 de novembro de 2022.

**José Salim Haggi Neto**  
Prefeito Municipal



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

---

## JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente:**

O presente Projeto de Lei Complementar – que regulamenta o §2º do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022 (Código de Posturas) e dá outras providências – é fruto de discussão, debate e deliberação realizada tanto no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento Urbano (CMPU), quanto do Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da Implementação da Revisão do Plano Diretor Municipal (GTP), no cumprimento e suas atribuições, por força dos arts. 162, III e V, c/c 165, §3º, VI e VII, todos da Lei Complementar nº 121, de 21 de junho de 2022.

Oportuno salientar que no dia 09/11/2022 às 14h30min, realizou-se reunião com os membros do referido conselho, bem como do Grupo Técnico Permanente, com intuito de discutir e decidir assuntos relacionados à necessidade de adaptação da legislação em vigor (conforme edital de convocação e ata em anexo), ocasião em que foram realizados estudos para regulamentação Código de Posturas em vigência. Como resultado da aludida reunião, entendeu-se pela necessidade de alteração do Novo Código de Posturas, bem como a regulamentação/inclusão no ordenamento jurídico municipal de legislação que constasse o procedimento para averiguação e as sanções aplicáveis no caso específico de maus-tratos praticados contra animais, consoante dispõe o §2º do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022 (Código de Posturas).

De um modo geral, justificou-se a necessidade de alteração da legislação em vigor (Código de Posturas) para que fosse regulamentado o §2º do art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 119, de 21 de junho de 2022, segundo o qual “norma complementar será publicada para regulamentar a averiguação de atos praticados de maus-tratos a animais”;

Além disso, o Grupo Técnico Permanente mencionou a necessidade de se regulamentar e, conseqüentemente, implementar o procedimento de apuração dos atos de maus-tratos contra animais, bem como as sanções a serem aplicadas aos possíveis infratores.



# MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O   D O   P A R A N Á

Impende ressaltar também a importância de se prevenir as ações e omissões que possam culminar em maus-tratos aos animais no âmbito do município, bem como de punir aqueles que incorrerem em tais situações.

Sabe-se que é plenamente possível a revisão das normas do Código de Posturas, desde que haja apreciação do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, sendo viável a proposta de alteração da legislação e inclusão da normas referentes a maus-tratos contra animais.

Por fim, cumpre chamar atenção no se refere à urgência evidenciada na aprovação de tais alterações, haja vista a constante queixa de abusos e maus-tratos contra animais, bem como da existência de indicações de autoria do vereador Walmir Joaquim, da Câmara Municipal de Cambará, ocasião em que solicita a efetivação/aplicação de multas para os casos de maus-tratos aos animais (a exemplo da indicação n. 261/2022 – protocolo 398), razão pela qual requer seja o presente tramitado em regime de urgência.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**José Salim Haggi Neto**  
**Prefeito Municipal**